

Estudo reúne indicadores que avaliam o comportamento do profissional em relação aos dilemas éticos como corrupção, fraude, apropriação indébita e suborno no ambiente corporativo durante um período que inclui crise econômica e política, além de uma pandemia

Adotar condutas éticas nas empresas se tornou uma bandeira nos últimos anos. Unir os valores e as crenças pessoais ao fortalecimento dos programas de compliance, reforçados por iniciativas como a criação da Lei Anticorrupção, assim como a exposição histórica da Lava Jato, mostraram uma tendência positiva em relação à diminuição da flexibilidade moral dos profissionais nos últimos dez anos.

Esta afirmação é constatada pela 5ª edição da pesquisa bienal "[Perfil Ético dos Profissionais das Corporações Brasileiras](#)", realizada pela consultoria de gestão de riscos, ética e compliance, ICTS Protiviti. Reunindo dados de uma década (2010 a 2020), que somam 27 mil profissionais analisados ao longo dos anos, o estudo mostra que o perfil profissional reconhecido como predador, ou seja, aquele que detém uma percepção moral pouco rígida e que desconsidera normas, além de agir de forma irregular - características que apontam para um colaborador de alta flexibilidade moral, caiu de 11% para 1% nos últimos dez anos.

Porém, o indicador positivo é acompanhado nos últimos quatro anos de uma maior concentração do perfil flexível, ou seja, aquele que "dança conforme a música" e não demonstra um comportamento ético por convicção, o que se torna um ponto de atenção para as organizações, que precisam ser proativas para influenciar o comportamento deste grupo na direção da conformidade e da ética, o que não é um trabalho simples.

Este grupo concentrou 79% dos profissionais entre 2017 e 2018 e 71% entre 2019 e 2020, período em que tivemos o desaquecimento de ações como a Lava Jato, assim como uma desorganização política e econômica e, na sequência, a eminência de uma pandemia global. "O medo de perder o emprego, a instabilidade de prover a família em um cenário econômico de dificuldade, assim como a dúvida de lidar com pressões situacionais, somado à falta de sustentação dos programas de compliance, que ainda estão em evolução, são os principais indicadores para esse resultado", explica Heloisa Macari, porta-voz da pesquisa e diretora executiva da consultoria ICTS Protiviti.

Quando analisado o aspecto que envolve a disposição do profissional para denunciar atos antiéticos, no início dos estudos, quase metade dos profissionais apresentavam convicção sobre a denúncia, ou seja, 47%. Porém, o cenário apresentado nos últimos quatro anos mostra uma ponderação muito maior e certa dúvida sobre delatar ou não algo incorreto, chegando ao índice de 30% que denunciam e 67% que analisam a situação.

"A insegurança reflete não apenas na ação do próprio indivíduo, mas também no aumento da probabilidade de ser conveniente com as irregularidades, sentindo-se muitas vezes duvidoso para comunicar um desvio ético por não saber como isso pode impactar em seu emprego", explica Heloisa.

O suborno também segue a mesma característica e, enquanto em 2010 apenas 38% dos profissionais analisavam a situação para aceitar ou não, em 2020 este número salta para 54%. A apropriação indébita também apresenta o mesmo quadro. Há 10 anos, 18% dos colaboradores analisavam as circunstâncias para cometer o ato. Em 2020, esse indicador sobe para 35%.

"A conclusão que chegamos nestes dez anos é que o profissional está mais consciente do que é certo e errado, fruto do trabalho executado pelas companhias com ações focadas em conformidade. Porém, as constantes instabilidades econômicas e políticas do País remontam este cenário, forçando as pessoas a viverem dilemas éticos que desconstroem a jornada moral das empresas", finaliza Heloisa.

Fonte: IMAGE Comunicação, em 12.01.2021

